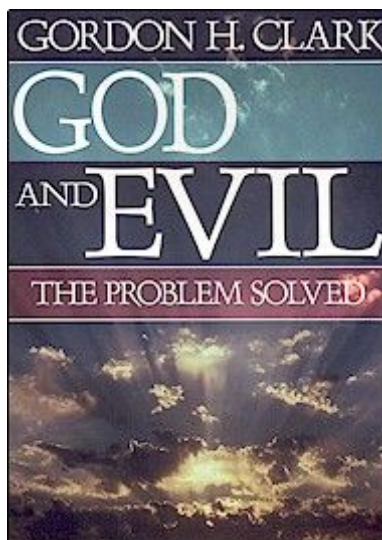


Deus e o Mal: O Problema Resolvido, de Clark

W. Gary Crampton, Th.D.



Dr. Gordon H. Clark [1902 - 1985]
Foto tirada em 1945

Em 1961, a primeira edição do livro *Religion, Reason and Revelation*,¹ de Gordon Clark, foi publicado. Ele era naquela época, e ainda é, um clássico no campo da apologética cristã. Entre aqueles assuntos que Clark trata nesse tratado, estão: a unicidade do Cristianismo, o lugar da lógica na filosofia e na teologia, a definição de fé, a utilidade e importância da linguagem, a inerrância da Escritura, os padrões de ética e o problema do mal. Uma apologética bíblica deve ser capaz de “dar uma defesa a todo aquele que pedir uma explicação racional” com respeito a cada uma dessas questões (1 Pedro 3:15). E o Dr. Clark o faz de uma maneira admirável.

Dos assuntos mencionados acima, talvez nenhum seja tão difícil como o problema do mal. Thomas Warren, por exemplo, escreveu que “provavelmente seja o caso que nenhuma acusação tem sido feita com maior frequência ou com força mais significativa contra o teísmo da tradição (bíblica) judaico-cristã” do que a complicação da existência do mal.² Até mesmo os escritores bíblicos trataram do assunto Deus e o mal. O profeta Habacuque se queixou: “Tu [Deus] que és tão puro de olhos que não podes ver o mal, e que não podes contemplar a perversidade. Por que olhas para os que procedem aleivosamente, e te calas enquanto o ímpio devora aquele que é mais justo do que ele?” (1:13). E Gideão ponderou: “Ai, senhor meu, se o Senhor é conosco, por que tudo isso [adversidade] nos sobreveio?” (Juízes 6:13).

Se, de acordo com a Bíblia, Deus, que é onipotente e oni-benevolente, tem eternamente decretado tudo o que acontece, e se ele soberana e providencialmente controla todas as coisas em seu universo criado, como ele não é o autor do mal? Como o mal pode existir no mundo? Como justificamos as ações de Deus no meio do mal, sofrimento e dor? Essa é a questão da “teodicéia”. Ela tem a ver com a justificação da bondade e justiça de Deus à luz do mal no mundo.

Em seu livro *God and Evil: The Problem Solved*,³ que era originalmente o capítulo cinco do *Religion, Reason and Revelation*, Gordon Clark realiza o que muitos teólogos e filósofos têm tentado e falhado em fazer, isto é, explica o problema do mal. Como Clark disse: “enquanto várias outras visões se desintegram nesse ponto, o sistema conhecido como Calvinismo, e expresso na Confissão de Fé de Westminster, oferece uma resposta satisfatória e completamente lógica” (7). A resposta, como veremos, descansa em nosso ponto de partida epistemológico: a Palavra de Deus.

¹ Gordon H. Clark, *Religion, Reason and Revelation* (The Trinity Foundation, 1986 [1961]).

² Thomas B. Warren, *Have Atheists Proved There is No God?* (Nashville: Gospel Advocate Co., 1972), vii.

³ Gordon H. Clark, *God and Evil: The Problem Solved* (The Trinity Foundation, 1996). A paginação usada no corpo dessa resenha é do livro de Clark. Muito do material contido nessa resenha é uma revisão de um artigo publicado anteriormente no *The Trinity Review*. Veja W. Gary Crampton, “A Biblical Theodicy”, *The Trinity Review* (Janeiro de 1999).

No decorrer dos séculos, tem havido inúmeras tentativas não-cristãs de tratar com o assunto da teodicéia (7-12). Alguns, tais como Mary Baker Eddy, têm simplesmente negado que o mal existe, isto é, ele é ilusório. Outros, tais como John Stuart e William Pepperell Montague, têm optado por um Deus finito, um que é limitado em poder. Por conseguinte, ele não pode ser culpado pela existência do mal no mundo.

Platão e Zoroastrianos, por um lado, apresentam uma forma de dualismo último. O bem e o mal co-existem independentemente, explicando assim a mistura de bem e mal no mundo. Aristóteles concebeu deus como a Máquina Motriz Imóvel, que não estava realmente preocupado com as coisas deste mundo. Esse sendo o caso, a relação do deus de Aristóteles para com o mal e os esforços morais dos homens é irrelevante.

Essas teorias, certamente, ficam longe de uma teodicéia bíblica. A Escritura claramente ensina que o pecado não é ilusório (Gênesis 3). Além disso, o Deus da Escritura não é uma deidade finita. Ele é o Criador e Sustentador *ex nihilo* do céu e da terra (Gênesis 1:1; Hebreus 1:1-3), que está muito preocupado com seu universo e com as questões morais dos homens (Êxodo 20). Demais, o Deus da Escritura não está em nenhuma competição (Jó 33:13), de forma que não há nenhuma forma de dualismo último.

O grande filósofo cristão Agostinho também ponderou sobre a questão da teodicéia. Ele ensinou que, visto que Deus criou todas as coisas como boas, então o mal não pode ter uma existência separada e independente. O mal é a ausência do bem, assim como a escuridão é a ausência da luz. O mal é parasita, no sentido de que ele não pode existir aparte do bem. O mal é o resultado da criatura se afastar dos mandamentos de Deus para buscar um bem menor: a vontade da criatura, do homem. É o homem, não Deus, quem é o autor do pecado. Isso, de qualquer forma, não é uma solução para o problema. Como Clark declara: “Causas deficientes, se é que existem tais coisas, não explicam o porquê um Deus bom não abole o pecado e garante que os homens sempre escolham o bem mais elevado” (9).

O Arminianismo, como um sistema cristão ostensivo, também falha em nos dar uma teodicéia bíblica (12-19). Os teólogos arminianos atribuem o problema do mal ao livre-arbítrio do homem. Em sua liberdade, Adão escolheu pecar, aparte da vontade de Deus. Adão tinha uma “liberdade de indiferença” em relação à vontade de Deus. Deus meramente permitiu que o homem pecasse.

A idéia de Deus meramente “permitir” o homem pecar, contudo, é totalmente anti-bíblica e não nos dá uma solução (17-19). Clark explica:

De certo modo a idéia de Deus permitindo o mal, sem decretá-lo, parece absolvê-lo da acusação de ser o autor do pecado, mas deve-se ser cuidadoso,

tanto em relação à lógica do argumento, como em relação ao conteúdo das Escrituras. Deus ‘permitiu’ Satã afligir Jó; mas, uma vez que Satã não poderia ter agido sem a sua aprovação, a idéia de permissão dificilmente exonera Deus. Afinal, a santidade perfeita é mais compatível com a aprovação ou a permissão do mal satânico? Se Deus pudesse ter evitado, não apenas a provação de Jó, mas todos os outros pecados e tentações a que a humanidade está sujeita – se ele os previu e decidiu deixá-los ocorrer – seria ele menos repreensível do que se positivamente os decretasse? Se um homem pudesse salvar um bebê de uma casa em chamas, mas decidisse ‘permitir’ que o bebê morresse queimado, quem se atreveria a dizer que ele fora moralmente perfeito na sua decisão?⁴

Tal visão de permissão e livre-arbítrio não pode co-existir com a onipotência de Deus. Nem a visão arminiana do livre-arbítrio é compatível com a onisciência de Deus, pois a onisciência torna o futuro certo (31,32). Se Deus prevê todas as coisas, então necessariamente elas ocorrerão; de outro modo, elas não poderiam ser “previstas”. Deus previu, e até mesmo pré-ordenou, a crucificação de seu Filho pelas mãos de pecadores. Todavia, de acordo com a Escritura, os ímpios que levaram a cabo o ato são responsáveis (Atos 2:22,23; 4:27-28). Poderiam eles ter agido diferentemente? Poderia Judas Iscariotes não ter traído Jesus Cristo? Perguntar essas questões é respondê-las; certamente não (41). O Deus da Bíblia, escreve Clark, “determina ou decreta toda ação” (20). Por conseguinte, a tentativa do Arminianismo de se refugiar no livre-arbítrio é tanto “fútil” como “falsa; pois a Bíblia consistentemente nega [a visão arminiana] o livre-abítrio” (19).

A teologia Reformada não repudia o fato de que Adão (e todos os homens após ele) tinha um “livre-arbítrio” no sentido de “livre agência moral” (13-16).⁵ Todos os homens têm liberdade de escolha no sentido do termo. Os homens necessariamente escolham fazer o que eles querem fazer; de fato, eles não podem agir de outra forma. O que a teologia Reformada nega é a “liberdade de indiferença”. Sua liberdade para escolha sempre é governada por fatores: suas próprias intenções, hábitos, e assim por diante. Certamente, todas as escolhas estão sujeitas aos decretos eternos de Deus.

Como mencionado, isso não é somente verdade com relação ao homem pós-queda. É verdade também em relação ao Adão anterior a Gênesis 3. A maior diferença é que o homem pós-queda, que ainda mantém sua livre agência moral, perdeu o que Adão possuía originalmente: a capacidade de escolher o que Deus requer. O homem caído, em seu estado de “depravação total”, sempre escolhe fazer o que ele deseja, mas sua natureza pecaminosa faz com que ele sempre escolha o mal (Romanos 3:9-18; 8:7,8; Efésios 4:17-19). Essa “capacidade” de escolher o bem só é restaurada através da regeneração.

⁴ Gordon H. Clark, *First Corinthians* (The Trinity Foundation, 1975, 1991), 156,157.

⁵ Veja também Gordon H. Clark, *What Do Presbyterians Believe?* (Phillipsburg, New Jersey: Presbyterian and Reformed, 1956, 1965), 105-112.

Assim, o homem nunca se encontra indiferente na sua vontade de fazer alguma coisa. Deus determinou todas as coisas que venham a ocorrer. Contudo, a soberania de Deus não mina a responsabilidade do homem. Não há disjunção aqui. A Confissão de Fé de Westminster (3:1, 5:2, 4), corretamente declara que (26-28):

Desde toda a eternidade, Deus, pelo conselho sábio e santo de Sua própria vontade, livre e imutavelmente, ordenou tudo o que venha a ocorrer: ainda assim, nem Deus é o autor do pecado, nem a vontade das criaturas é violentada, nem a liberdade ou contingência das causas secundárias deixa de existir, sendo, ao invés, estabelecida. Apesar de que, pela presciência e pelo decreto de Deus – a primeira causa –, todas as coisas venham a ocorrer de modo imutável e infalível; ainda assim, pela mesma providência, Ele ordena que elas aconteçam de acordo com a natureza das causas secundárias, seja de modo obrigatório, ou livre, ou contingencial. O poder ilimitado, a sabedoria insondável e a bondade infinita de Deus, manifestam-se na Sua providência, que inclui até mesmo a primeira Queda e todos os outros pecados de anjos e homens, não como uma simples permissão, mas de modo tal que reúne a sabedoria e o poder limitante de Deus, que os ordena e governa para os Seus objetivos sagrados; e ainda assim, a pecaminosidade do ato procede apenas da criatura e não de Deus, que, sendo o mais santo e justo, nem é nem pode ser o autor ou aprovador do pecado.

Deus, diz a Confissão, é a causa soberana primeira de todas as coisas, muitas das quais ocorrem através das ações livres dos homens, que são causas secundárias. O fim decretado por Deus nunca deve ser separado dos meios que ele também decretou, como causas secundárias. Deus, escreve Clark, “não dispõe as coisas nem controla a história aparte das causas secundárias... Deus não decreta [o fim] aparte dos meios. Ele decreta que o fim será realizado por meio dos meios”.⁶

E essa é a razão, de acordo com a Confissão, para Deus não ser considerado “o autor ou aprovador do pecado”. Deus é a causa soberana primeira do pecado, mas não é o seu autor. Apenas as causas secundárias pecam (51).

A visão ensinada pelos teólogos de Westminster é o conceito calvinista de “determinismo” (19-21). A palavra determinismo geralmente carrega uma conotação ruim, mas não deveria ser assim. Na realidade, determinismo expressa uma visão de Deus bastante bíblica e elevada, além de oferecer a única teodicéia plausível. Deus determina ou decreta cada acontecimento da história e cada ação do homem.

Mais ainda, o que Deus decreta é correto, simplesmente porque Deus decreta; Deus nunca pode errar (48,53). Deus, diz a Escritura, não se justifica perante ninguém (Jó 33:13). Ele é o legislador (Isaías 33:22); o homem está sob a lei. Deus

⁶ *Ibid.*, 38.

não tem que prestar contas a ninguém; ele está *ex lex* (“acima da lei”). Os Dez Mandamentos são obrigação para o homem, não para Deus. E a única pré-condição para a responsabilidade é que haja um legislador – nesse caso, Deus. Nas palavras do Dr. Clark “O homem é responsável porque Deus o chama para prestar contas; o homem é responsável porque o poder supremo pode puni-lo por desobediência” (54). Assim, o homem é necessariamente responsável pelo seu pecado, e Deus é completamente absolvido de ser o autor do pecado.

O determinismo ensinado na Confissão de Fé de Westminster não é a mesma coisa que o fatalismo (36-42). No fatalismo, deus, ou os deuses, ou o Destino, determina todas as coisas, enquanto que o homem permanece completamente passivo. Por conseguinte, o homem logicamente não pode ser responsável pelas suas ações pecaminosas. No determinismo bíblico, por outro lado, Deus soberanamente determina todas as coisas, mas ele também mantém o homem responsável, pois o homem e suas ações ‘livremente escolhidas’ são as causas secundárias através das quais as coisas são determinadas a ocorrerem.

Mas alguém poderá perguntar: “Assassinar não é pecado e contra a vontade de Deus? Então, como pode Deus desejar isto?” A resposta, diz Clark (35,36), é encontrada em Deuteronomio 29:29: “As coisas encobertas pertencem ao Senhor nosso Deus, mas as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre, para que observemos todas as palavras desta lei”. Aqui, Moisés distingue entre a vontade decretiva de Deus (“coisas encobertas”) e sua vontade preceptiva (“aquelas coisas que são reveladas”). A vontade preceptiva de Deus é encontrada na Escritura. Nela nós aprendemos o que Deus requer do homem. A vontade decretiva de Deus, por outro lado, é a causa de todo evento. O homem é responsável pela sua desobediência à vontade preceptiva de Deus, não à sua vontade decretiva. No exemplo usado no começo, Deus, desde toda a eternidade, decretou a crucificação de Cristo, e, ainda assim, quando levada a cabo pelas mãos de pecadores, ela foi contrária à lei moral, isto é, à vontade preceptiva de Deus.

Conclusão

Na opinião desse revisor, no livro *God and Evil: The Problem Solved* de Gordon Clark, temos a melhor obra disponível sobre o assunto em questão. O autor nos mostra que, permanecendo sobre o firme fundamento da Palavra de Deus (Mateus 7:24,25), temos uma resposta para a questão da teodicéia. Ela é totalmente uma questão de base epistemológica. Com a Bíblia como o ponto de partida axiomático, a existência do mal não é realmente o problema no qual as pessoas o tornaram. Deus, que é totalmente santo e não pode fazer nada errado, soberanamente decretou que coisas más ocorressem para os seus próprios bons propósitos (Isaías 45:7). E justamente porque ele as decretou, elas são corretas. Como declarado pelo reformador Jerônimo Zanchius:⁷

A vontade de Deus é de tal modo a causa de todas as coisas, quanto ela própria não tem causa, uma vez que não há nada que possa ser a causa daquilo que causa todas as coisas. Assim, nós encontramos todo assunto resolvido, em última instância, na simples satisfação soberana de Deus. Ele não tem outro motivo para aquilo que faz, além da *ipsa voluntas*, sua mera vontade – vontade esta tão longe de ser injusta, que ela é a própria justiça”.

É bom, então, que o pecado exista. Deus o decretou e ele [o pecado] está trabalhando para o objetivo final: a glória de Deus.

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto
felipe@monergismo.com
Cuiabá-MT, 01 de Setembro de 2005

⁷ Citado em Gordon H. Clark, *An Introduction to Christian Philosophy* (The Trinity Foundation, 1993), 113,114.